

A FILOSOFIA NO ISEB: a contribuição de ÁLVARO VIEIRA PINTO.

Caio N. de Toledo
IFCH/Unicamp

* Breves palavras sobre o significado do ISEB:

O *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* se constituiu numa experiência cultural singular e inovadora na história brasileira. Inovadora no e singular pois, pela primeira vez no Brasil, um grupo de intelectuais – não-acadêmicos, na sua maioria – de diferentes orientações teóricas e distintas correntes ideológicas se reuniram, anos 1950 e 1960, não apenas para refletir sobre os chamados “problemas da realidade brasileira”; deliberadamente, esses intelectuais reuniram-se para influir no debate político e ideológico em curso no país.

(Debate no qual diferentes entidades de classe e de estudos, partidos, movimentos sociais, meios de comunicação etc, nos anos 50 e 60, estavam envolvidos: v. R. BIELSCHOWSKY, *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimento*. 3^a. Ed., Rio de Janeiro, Contraponto.. 1988)

Nos seus primeiros anos, o ISEB teve as características de uma *grande frente ideológica e política*. Exceto os conservadores, nele conviviam liberais,

socialistas, social-democratas, humanistas cristãos progressistas (alguns destes, recém egressos do integralismo) etc.

Principais nomes: Helio Jaguaribe e Cândido Mendes (ainda vivos e atuantes) e Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré e Álvaro Vieira Pinto. Também Celso Furtado, Ignácio Rangel, Roberto Campos, Wanderley Guilherme dos Santos, Joel Rufino dos Santos etc. (A respeito da observação sobre o integralismo, lembre-se que AVP e RC foram, anteriormente, adeptos das idéias parafascistas de P. Salgado.)

Do ângulo de suas orientações teóricas, pode-se dizer que no Instituto confrontavam-se adeptos do existencialismo de Sartre e Scheler, do existencialismo cristão de Mounier, da fenomenologia de Jaspers, da sociologia do conhecimento de Mannheim, do historicismo de Dilthey, do culturalismo de Ortega y Gasset, do marxismo e de outras correntes filosóficas. No entanto, apesar de expressarem uma multiplicidade de orientações teóricas e políticas, todos os intelectuais isebianos convergiam na convicção de que, através do debate filosófico e do confronto de diferentes perspectivas políticas, seria possível formular um *projeto ideológico comum* para o Brasil. O *nacional-desenvolvimentismo* foi então concebido como essa *ideologia-síntese* capaz de conduzir o país – através da ação estatal e do desenvolvimento industrial – às superações do atraso econômico-social e da

alienação política e cultural. Assim, uma Nação desenvolvida e soberana estava no horizonte ideológico da maioria dos intelectuais do ISEB.

Embora a ampla frente intelectual e política tenha se estreitado nos anos seguintes à criação do ISEB – com o afastamento de autores de orientação liberal e social-democrata (HJ, GR, RC e outros) –, não se pode deixar de reconhecer que houve uma continuidade político-ideológica durante os nove anos de existência do ISEB. Seja em sua “fase teorizante” ou “nacional-desenvolvimentista”, seja em sua “fase militante de esquerda”, o *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* sempre esteve comprometido com a defesa de reivindicações econômicas e sociais progressistas e de natureza democrática. Seu ativo engajamento na defesa das reformas sociais, da soberania nacional e da ampliação da democracia política certamente explica a fúria obscurantista representada pelo golpe civil-militar de 1964. [Como nunca é bom esquecer, os arquivos, as publicações e a biblioteca do ISEB foram destruídos pela sanha golpista, nos dias imediatos ao movimento de abril; de outro lado, alguns de seus intelectuais – NWS e Vieira Pinto, entre eles – sofreram prisões e tiveram que responder aos arbitrários e kafkianos processos denominados de Inquéritos Político-Militares (IPM’s) sobre suas atividades, dentro e fora do ISEB.]

Vieira Pinto, a figura exponencial do ISEB na área da Filosofia, emigrou e até o fim de sua vida não conseguiu se livrar do sinistro e angustiante fantasma do golpe de abril que abateu contra um país – cf. observou Roberto Schwarz (*O pai de família e outros estudos*) – começava a ficar “irreconhecivelmente inteligente”.

Sobre a produção bibliográfica do ISEB e em torno de sua história e de sua obra, remeto a um texto¹ que faz parte de recente obra que organizei – *Intelectuais e política. A experiência do ISEB*. Ed. Revan, 2005.

A contribuição de Vieira Pinto (1921-1987)

Médico de formação, VP era professor de filosofia antiga–especialista em Platão – na antiga FNFi, RJ. Em 1955, a convite de RC, ingressou no ISEB. Ali publicou dois livros: IDN e CRN. *Consciência e Realidade Nacional*, obra em dois volumes, com mais de mil páginas, foi considerada por um eminente professor da UFMG, o padre e filósofo Henrique Vaz (1921-2002), uma espécie de "suma do conhecimento iseбiano" na medida em que ali estaria sintetizada os resultados de diferentes análises acerca da formação social brasileira desde os anos 1930.

¹ Edison Bariani Jr., “Recenseamento bibliográfico em torno do ISEB”, In. Caio N. de Toledo, op. cit.

A contribuição filosófica de VP, nos anos 1960, residiu fundamentalmente na formulação e fundamentação de uma ideologia do desenvolvimento nacional. O trabalho do pensador fluminense (nascido em Campos, RJ) estava permeado de extensas referências, nunca explícitas, ao pensamento filosófico contemporâneo. A atitude sistemática do livro de VP foi a de "indigenizar" ou "nativizar" todas suas influências filosóficas o que sempre tornou difícil e problemático o real esclarecimento e alcance do conjunto das fontes que estavam na base de seu pensamento. A este respeito, o próprio VP reconheceu que em CRN, de forma deliberada, não havia "dissertações doutrinárias mas apenas a incorporação de alguns produtos da reflexão alheia ao modo de pensar do autor, quando lhe parecia úteis a exprimirem a sua própria compreensão".⁽²⁾ Objetivamente, nas quase mil páginas de CRN nenhum pensador é mencionado, nenhuma orientação filosófica ou sociológica é explicitada.

Gérard Lebrun e Michel Debrun, dois acadêmicos franceses que davam aulas de Filosofia da USP, ao discutirem CRN assinalaram o caráter eclético e heteróclito dessa volumosa obra. (Em geral, a USP, ao contrário desses dois pensadores, ignorou o ISEB pois não reconhecia seu trabalho intelectual –

² Vieira Pinto - *Consciência e Realidade Nacional* I. ISEB. 1960. p. 75;

para os filósofos da rua Maria Antônia, não eram “rigorosos”, eram, sim, “ideólogos” etc.)

Enfatizando o autêntico "coquetel filosófico" de CRN, M. Debrun, colega e amigo de VP dentro do ISEB, observou: "Inspirações decididamente antagônicas se cruzam (no livro), dando combinações inesperadas cujo número só um cálculo logístico poderia avaliar. Tudo está ai presente : racionalismo clássico, filosofia antiga, realismo medieval, espinozismo, cientificismo determinista do fim do séc. 19, behaviorismo norte-americano, tradição universitária francesa; mobilismo encontrado em Heráclito, Maquiavel, Spengler, Bergson, Hegel, marxismo, existencialismo etc". (3)

No entanto, se estas "influências" podiam ser encontradas em CRN, nem todas elas teriam a mesma densidade ou valor filosófico. A meu ver, haveria uma dominância de cunho *existencial* no conjunto da obra; pode-se mesmo afirmar que a perspectiva existencial desempenhará o papel de "fio condutor" em todo o pensamento de VP. Em favor desta leitura, assinale-se a presença constante e importante de categorias existencialistas na obra, tais como: alienação, autenticidade, ser em situação, ser no mundo, liberdade, destino, doação de sentido etc.

³ Debrun, Michel - "O problema da ideologia do desenvolvimento". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Belo Horizonte. 1962. p.242

Antevendo possíveis questionamentos, registre-se que, repetidas vezes, o próprio VP adverte o leitor de que sua reflexão filosófica nada teria a ver com a "metafísica existencial" – criticada pelo seu alto grau de subjetivismo, idealismo e ahistoricismo. A insuficiência das concepções existencialistas, dirá o iseiano, estaria na centralidade que conferem às cogitações sobre a subjetividade, ignorando os aspectos objetivos do existir humano. Para ele, "o que é tanto mais de estranhar quando se trata de corrente filosófica que propugna com vigor a existência da concreticidade do pensamento".

Ao invocar, com frequência, a perspectiva concreta, histórica e dialética, Vieira Pinto talvez pretendia indicar que seu pensamento seria muito mais tributário do materialismo histórico do que de qualquer outra contribuição teórico-filosófica. Não é por outra razão que o sociólogo Carlos Estevam Martins – assistente de VP na época do ISEB –, num ensaio publicado logo após o golpe (1966), denominaria de "neomarxista" a perspectiva filosófica adotada por Vieira Pinto em seus trabalhos iseianos.⁴

A vinculação ao marxismo, fundamentalmente, se daria mediante a posição central ocupada em seu pensamento pela "filosofia do trabalho" ou pela utilização da noção de "praxis". A influência do materialismo marxista também se faria presente por meio da chamada "teoria do reflexo", da

⁴ Martins, C. Estevam - "Construção da teoria na Ciência Social brasileira". *Dados*, no. 1. 1966

"dialética da natureza" e do historicismo. Neste último caso – tal como ocorria com as formulações do sociólogo isebiano Guerreiro Ramos –, ficava evidenciada a sua simpatia pelas teses de *História e Consciência de Classe* de Lukács –, particularmente, pela centralidade da categoria da totalidade e pela afirmação do proletariado como classe que detém a consciência verídica, é universal e ontologicamente revolucionária.

A meu ver, a aproximação com *História e Consciência de Classe* estaria no privilegiamento que, em CRN, VP concedia às massas trabalhadoras no desvendamento e na transformação do subdesenvolvimento brasileiro. Adaptando a visão de Lukács às circunstâncias de um país subdesenvolvido periférico, afirmava o isebiano: "(...) quando as massas trabalhadoras identificam o seu interesse de classe com o da nação, há plena legitimidade e verdade nesse gesto, o que não acontece se a mesma identificação é feita por outra classe, que apenas deseja preservar seus direitos e vantagens, ainda que acidentalmente venha a conduzir de modo eficaz num ou noutro aspecto o processo do desenvolvimento". Enquanto para Lukács, no capitalismo desenvolvido o proletariado industrial poderia superar a falsa consciência inerente à ordem fetichizada do capital, para VP as massas trabalhadoras seriam capazes de uma consciência verídica da realidade pois **ontologicamente** são as únicas camadas sociais que alcançam uma concepção

totalizante dos processos sociais, econômicos e políticos. Em certos momentos de sua obra, VP radicalizará as teses de HCC ao afirmar que as massas trabalhadoras nunca erram nem se enganam; as classes trabalhadoras mediante o trabalho têm condições de superar a consciência ingênua e acederem à consciência autêntica ou verídica. Sabe-se que Lukács, em uma de suas autocríticas, reconheceu que na juventude partilhou de uma visão messiânica do proletariado.

Para mim, ao privilegiar temas e noções que constituiriam a chamada "filosofia do trabalho", Vieira Pinto se associava a todo um movimento de "reinterpretação" da obra de Marx que tem as obras de juventude como referência fundamental. Um dos significados desse movimento foi o de justamente ressaltar o caráter existencial, ético e humanístico do pensamento marxiano. Nesta orientação interpretativa, ocupou um lugar decisivo o conceito de "alienação do trabalho".

Alguns marxólogos, inclusive, chegaram a identificar a "maturidade" do pensamento de Marx com as obras escritas no período da juventude (1844/1845). Para estes intérpretes, o marxismo autêntico ou "verdadeiro" estaria representado, p. ex., não pelo *O Capital*, os *Grundrisse*, mas pelas obras em que a dimensão filosófica e humanista de Marx estaria mais elaborada, explícita e aprofundada.

Neste sentido, noções ou conceitos centrais do materialismo histórico, tais como relações de produção/forças de produção, modo de produção, valor trabalho, trabalho excedente, mais valia, exploração social, luta de classes etc encontram-se ausentes, ou quando muito, deslocados no interior do livro de VP. Gérard Lebrun, que não deixava de manifestar clara simpatia pela obra de VP, observou que "descrever o trabalho como uma categoria existencial, separada de todo o contexto econômico e tecnológico preciso, permite-nos talvez forjar uma ideologia, mas nunca uma sociologia séria". Ou seja, rigorosa.⁵ Para o crítico francês, a constante afirmação de V. Pinto acerca da centralidade do trabalho ou da filosofia da prática não o salvava da acusação de subjetivismo e "irracionalismo de fato" posto que o trabalho era em sua obra sempre tomado como uma determinação do "ser humano", analisado independentemente de suas condições históricas e materiais. Ou seja, o trabalho e a força de trabalho, na obra de VP, nunca eram analisados sob a perspectiva e dimensão dos conflitos e antagonismos de classe inerentes ao capitalismo – fosse ele o desenvolvido ou o da economia dependente brasileira.

Assim, o pensamento de VP – existencialmente comprometido com a sorte dos trabalhadores e das nações subdesenvolvidas – se resolvia em

⁵ Lebrun, Gérard - "A 'Realidade Nacional' e seus equívocos". *Revista Brasiliense*. no. 44. 1962

ideologia humanista, não em análise crítica e rigorosa do capitalismo dependente brasileiro e de sua estrutura de classes nos anos 1960. Mas, isso não significava que, como formulação ideológica humanista, não tivesse um papel importante da luta das idéias e na defesa de causas progressistas no Brasil da chamada democracia populista.

Duas palavras sobre essa ideologia de caráter humanista.

A IDEOLOGIA NACIONALISTA DE VP

Como bom isebiano, Vieira Pinto rendeu-se ao nacionalismo. Aliás, foi ele dentro do ISEB um dos seus mais enfáticos e exacerbados defensores. Radicalmente distinto do nacionalismo opressor das potências do capitalismo avançado, o nacionalismo dos países SD's seria libertador e representaria o fim de todas as alienações econômicas e sociais. A rigor, a realização dos ideais e aspirações do nacionalismo dos países SD's implicaria uma sociedade verdadeiramente humana – com igualdade social e liberdade. Numa das passagens de sua obra afirma: sob a orientação do nacionalismo, as nações se tornarão “inteiramente livres e sem opressões internas de grupos particulares sobre as massas (e) se unificarão numa coletividade universal”⁶. A concretização do nacionalismo dos países SD's implicaria uma verdadeira integração internacional; desta forma, para VP, o nacionalismo identificava-se

⁶ idem, ibidem II, p. 513

dialeticamente ao *internacionalismo*. Com o autêntico *internacionalismo* – prometido com o desenvolvimentismo nacionalista – chegaríamos ao final dos conflitos sociais e às opressões em termos nacionais. Nas palavras de VP, a concretização do nacionalismo implicaria uma sociedade ecumênica futura onde estaria definitivamente superada “toda espécie de exploração humana”. Sabe-se que os socialistas denominaram este estágio de sociedade sem classes ou de comunismo. VP preferia a designação de *internacionalismo autêntico*, evitando uma identificação imediata com as formulações clássicas existentes no interior do pensamento de esquerda. De forma sintética, o Nacionalismo para VP seria o novo nome do *humanismo*.

No entanto, o conteúdo de classe do nacionalismo de VP não se distinguia daquele defendido por forças de esquerda no Brasil pré-1964. Para ele, o nacionalismo consistia na defesa da plena emergência da Nação brasileira – desenvolvida e soberana – cujo projeto era bloqueado pelas forças sociais e políticas articuladas em torno do que se chamava a *anti-Nação*. As forças do atraso, amplamente minoritárias, eram representadas pelos setores internos vinculados ao imperialismo. As forças políticas e sociais que defendiam a Nação eram representadas pelo empresariado nacional e pelas massas trabalhadoras.

Postergando a resolução da contradição antagônica entre o proletariado e as classes dominantes, inerente ao capitalismo brasileiro naquele momento, VP e outros setores políticos da esquerda brasileira entendiam que a contradição principal então vigente no SD se configura na oposição entre Nação versus anti-Nação. Neste sentido, alianças de classes articulando os setores sociais que teriam interesses em comum deveriam ser constituídas como frentes políticas. Na etapa da chamada revolução nacional-democrática, a luta principal se faria contra o imperialismo e seus agentes internos.

Da mesma forma que outras forças de esquerda, Vieira Pinto postulava a **hegemonia** das massas populares e trabalhadoras no interior da frente nacionalista e democrática. No entanto, o caráter abstrato de sua reflexão pouco contribuiu para esclarecer através de que mecanismos os trabalhadores poderiam alcançar este seu objetivo na luta social. [Parêntesis: Nas mais de mil páginas de CRN raramente se faz menção às questões de ordem institucional. Regime político, partidos políticos, movimentos sociais são temas ausentes da elaboração do pensador nacionalista. A questão da democracia raramente aflora, sendo dominante, a meu ver, uma orientação economicista da dinâmica social: no limite, apenas o desenvolvimento econômico (= industrialização em bases nacionais) permitiria a verdadeira democracia para os trabalhadores e massas populares.]

Tudo leva a crer que, para o autor, a hegemonia das massas populares se daria espontaneamente pois a *veracidade* da consciência popular e o sólido compromisso dos trabalhadores com o desenvolvimento nacional imporiam naturalmente a liderança deles no seio da frente de classes – burguesia nacional progressista, setores médios etc.

Superada a contradição dominante na etapa do subdesenvolvimento, Vieira Pinto reconhecia, em alguns textos, que a Nação veria emergir uma nova contradição principal: aquela que se objetivaria na luta entre as classes antagônicas fundamentais da ordem capitalista. No entanto, ao contrário dos documentos de outras forças de esquerda, jamais designou conceitualmente o nome da nova ordem econômica e social a ser construída pelas classes trabalhadoras. Em seus livros, de forma vaga e imprecisa, Vieira Pinto menciona a possibilidade de se passar para um novo "regime produtivo" ou para uma nova "forma de convivência social"; nunca postulou a defesa de uma ordem socialista, tal como os documentos de esquerda do período ritualisticamente sempre invocaram.

Como discutimos em trabalhos anteriores, a crença e a exaltação do *desenvolvimentismo* – necessariamente dirigido pelas massas trabalhadoras e sempre resultando em real benefício a elas –, jamais permitiu a VP contemplar a hipótese de uma Revolução social e política que rompesse com os marcos da

sociedade capitalista. Para o filósofo humanista, o Nacionalismo era o verdadeiro e único nome da Revolução brasileira nos anos 1960.